

OS DESAFIOS DA SOCIOLOGIA NA POLÍTICA EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

Gisele Reis de Almeida¹

INTRODUÇÃO

A sociologia, enquanto disciplina e ciência, vem enfrentando diversos obstáculos para alcançar a mesma relevância científica que as demais áreas de conhecimentos postas como componentes curriculares, devido ao caráter problematizador e crítico sobre as bases materiais e sócio históricas da sociedade e das relações travadas sobre a mesma, que tendem – ou ao menos deveriam – a proporcionar tanto a reflexão quanto o posicionamento político.

O que a Nova Reforma do Ensino Médio (lei n.13.415/17), em conjunto com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovado em 2018 na terceira versão de si mesma, acabam orquestrando é, em síntese, uma grade curricular pensando no direito estatal de oferta da educação a todo cidadão brasileiro mediante conteúdos mínimos que se apresentam como soluções para a evasão estudantil, o baixo índice de produtividade escolar, altas taxas de reprovação e desemprego, dentre outros pontos.

Todavia, a lei não só preserva a dualidade curricular como causa um aprofundamento, e se tratando do ensino de sociologia é visível a tentativa de deslegitimação do pensamento científico para um encaminhamento ao senso comum próximo de uma nova forma da Teoria do Capital Humano adaptada ao contexto atual. O resultado consiste numa alienação que não serve para formar um trabalhador intelectualmente autônomo e muito menos um meio de ingresso e permanência para o ensino superior.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A metodologia consiste na pesquisa bibliográfica e documental. Primeiro, se tratando de uma revisão literária sobre artigos, dissertações e livros no qual emprega-se o estudo do percurso da sociologia na sua consolidação curricular, fazendo a devida problematização da mesma. No quesito documental, foi analisado a lei nº 13.415/17, sua predecessora Medida Provisória nº 746/16, e o documento base da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

¹ Graduada pelo curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista – UNESP, gr.almeida@unesp.br



DESENVOLVIMENTO/REFERENCIAL TEÓRICO

Desde a década de 1980 há um tipo de currículo/base educacional com determinadas finalidades, seguindo um certo modelo de sociedade e de capital, que refletem no currículo atual no que diz respeito a ideia de: flexibilidade, “aceleramento”, capacidades, resultados, etc., pelo qual a sociologia se vê novamente em um campo de disputa de legitimação devido, em parte, ao seu caráter crítico de reflexão do *status quo*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A BNCC propõem um currículo unificado e alinhado aos interesses ditos compatíveis aos das juventudes, devendo então, ser flexível, capacitador, prático, rápido, e afins. Seguindo da implementação dos itinerários formativos, o aumento da jornada de horas-aulas e o uso de meios tecnológicos/modernos para fins de estudo e trabalho docente – não somente. Porém, tais atribuições não podem oferecer o “conhecimento poderoso” (GILLIAN, LOUZANO, 2014) que é necessário para a construção do pensamento, sobretudo sociológico.

Palavras-chave: Dualidade, currículo, sociologia, BNCC, Reforma do Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

GILLIAN, C. V. A; LOUZANO, P. B. J. **Michael Young e o campo do currículo:** da ênfase no “conhecimento dos poderosos” à defesa do “conhecimento poderoso”. Educ. Pesquisa, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 1109-1124, out./dez. 2014.

